



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

P R O V A

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Ciência e esoterismo

A astrologia é muito mais popular do que a astronomia. Um número muito maior de pessoas abre um jornal ou uma revista para consultar uma coluna astrológica do que para ler uma coluna sobre astronomia. E a astrologia não está sozinha: numerologia, quiromancia, cartas de tarô, búzios etc. também são extremamente populares.

Como físico, não cabe a mim explicar o porquê dessa irresistível atração pelo que obviamente está além do que chamamos fenômenos naturais. Mas posso ao menos oferecer uma conjectura. O fascínio pelo esotérico vem justamente de seu aspecto pessoal, privado: você paga a um profissional com conhecimentos ou "poderes" esotéricos para que ele fale sobre você, sua vida, seus problemas, seu futuro...

O problema com o esoterismo é que não temos nenhuma prova concreta, científica, de que certos fenômenos realmente ocorrem. As "provas" que foram oferecidas até o momento – fotos, depoimentos pessoais, sessões demonstrativas e compilações estatísticas de dados – misteriosamente se recusam a sobreviver quando testadas no laboratório sob o escrutínio do cientista ou após uma análise quantitativa mais detalhada.

Uma das grandes armas da ciência contra o charlatanismo é justamente a possibilidade de repetirmos certos experimentos tantas vezes quantas desejarmos. Os cientistas não precisam "acreditar" nos resultados de outros cientistas; basta repetir o experimento em seu próprio laboratório, sob condições idênticas, e os mesmos resultados devem ser encontrados.

Seria realmente fascinante se houvesse uma força desconhecida que pudesse influenciar nosso comportamento (ou pelo menos indicar tendências) a partir de um arranjo cósmico em que nós, como indivíduos, participássemos ativamente, uma espécie de astronomia personalizada.

Mas, para mim, mais fascinante ainda é seguir os passos de outros cientistas e dedicar toda uma vida ao estudo dos fenômenos naturais, armado apenas com inspiração e razão. Ao compreendermos um pouco mais sobre o mundo à nossa volta, estaremos, também, compreendendo um pouco mais sobre nós mesmos e sobre nosso lugar neste vasto e misterioso Universo.

(Marcelo Gleiser, **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999)

1. Observando-se alguns dos recursos utilizados na construção do texto, verifica-se que
- (A) o emprego das aspas em "poderes" justifica-se do mesmo modo que em "provas".
 - (B) a falta de marca pessoal na linguagem garante a objetividade da demonstração.
 - (C) as expressões *astronomia personalizada* e *basta repetir o experimento* são manifestações da ironia do autor.
 - (D) o emprego das aspas em "acreditar" deve-se à ênfase atribuída a uma ação afirmativa dos cientistas.
 - (E) o emprego da palavra *inspiração*, no final do texto, revela que o autor reviu e retificou sua posição contrária ao esoterismo.

2. Na argumentação que desenvolve em seu texto, o autor se vale dos seguintes procedimentos:

- I. Não aceita a suposta popularização das crenças de natureza esotérica, considerando-a uma manipulação dos charlatões que têm interesse em propagar seus falsos poderes.
- II. Afirma que os fenômenos esotéricos não são comprovados quando submetidos a testes rigorosamente científicos ou a análises largas e detalhadas.
- III. Admite que a ciência é menos atraente que as práticas esotéricas, já que ela não se propõe a desvendar as grandes incógnitas do nosso Universo.
- IV. Conclui que a ciência também tem seus encantos, embora aceite que os que a praticam não costumam se valer dos conhecimentos já conquistados dentro da tradição científica.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:

- (A) *ao menos oferecer uma conjectura* = pleitear, mesmo assim, uma comprovação.
- (B) *seu aspecto pessoal, privado* = sua verdade íntima, inconfessável.
- (C) *arranjo cósmico* = pretexto universal.
- (D) *sob o escrutínio do cientista* = pela análise minuciosa do cientista.
- (E) *armado apenas com inspiração e razão* = tão-somente com a fé e a perseverança.

4. Quanto à concordância, está inteiramente correta a frase:

- (A) Não ocorrem aos cientistas imaginar que as explicações dos fenômenos naturais possam ser dadas pelas práticas esotéricas.
- (B) Se conviessem aos charlatões demonstrar suas crenças em experimentos de laboratório, eles seriam os primeiros a fazê-lo.
- (C) A todo cientista, seguindo os passos de seus antecessores e submetendo-se aos procedimentos próprios da ciência, cumprem desmascarar as malícias dos charlatões.
- (D) É desejável que se oponham às "provas" oferecidas pelos charlatões a prática das experiências controladas nos laboratórios.
- (E) Não se recorra às práticas esotéricas para que se "proven", sem nenhum rigor, "fatos" que não passem de construções da fantasia e da especulação.

5. Está correta a flexão de todos os verbos da seguinte frase:

- (A) Tudo o que advir de uma experiência esotérica sempre obterá, da parte dos cientistas, a atenção e o cuidado de uma verificação objetiva.
- (B) Os profissionais da quiromancia ou da numerologia não apreciam os consulentes que regateiam na hora do pagar o que lhes é pedido.
- (C) Quando diz que um cientista se "inspira", o autor sugere que ele intui um caminho, que ele se provê de confiança para considerar uma hipótese objetiva.
- (D) O esoterismo obstrue o caminho da ciência; a cada vez que manter os incautos distantes das práticas científicas, estará propagando o irracionalismo.
- (E) É explicável que creamos em práticas esotéricas, pois elas nos fornecem imediatamente explicações mirabolantes para todos os mistérios.

<p>6. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) A popularidade <u>de que</u> goza a astronomia é muito maior do que aquela <u>em que</u> desfruta a astronomia.</p> <p>(B) O charlatanismo esotérico – uma prática <u>à qual</u> se deve dar incessante combate – <u>arregimenta os</u> indivíduos <u>em cuja</u> consciência há espaço para a credulidade.</p> <p>(C) Muitos crêem que há um arranjo cósmico <u>de cujo</u> cada um participa individualmente, mantendo com os astros uma relação <u>na qual</u> atribui sua própria personalidade.</p> <p>(D) A experimentação científica – para <u>o qual</u> controle existem rígidos paradigmas – não está sujeita à irracionalidade <u>com a qual</u> se submetem as "teorias" esotéricas.</p> <p>(E) Desde tempos antigos – de lá <u>aonde</u> vêm as credences mais populares – charlatões insistem em disseminar "teorias" <u>com que</u> a maioria da população se apegava.</p>	<p>9. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Não cabe a um físico explicar a atração que tantos sentem pela astrologia.</p> <p>II. O autor formula uma conjectura, diante de tal atração.</p> <p>III. Sua conjectura é a de que a astrologia nos gratifica como indivíduos.</p> <p>As afirmações acima articulam-se de modo lógico, claro e correto no período:</p> <p>(A) Apesar de formular uma conjectura a respeito, o autor reconhece que não cabe a um físico explicar porque nos atraímos pelo esoterismo, até porque é assim que nos sentimos mais gratificados enquanto indivíduos.</p> <p>(B) O autor conjectura que somos mais gratificados individualmente pela astrologia, pois não cabe a um físico explicar o tipo de atração que tantos de nós comprovam quando se depara com a mesma.</p> <p>(C) A astrologia, na conjectura do autor, exerce uma gratificação individual sobre cada indivíduo, razão porquê tantos se deixam atrair por ela, conquanto não caiba a um físico explicar esse tipo de obsessão.</p> <p>(D) Sendo inegável que tantos sintam atração pela astrologia, o autor não se propõe a explicá-la, não se furtando a uma conjectura onde a razão estaria na nossa gratificação enquanto indivíduos.</p> <p>(E) O autor formula a conjectura de que, como indivíduos, sentimo-nos gratificados pela astrologia, reconhecendo que não cabe a um físico explicar esse tipo de atração a que tanta gente é sensível.</p>
<p>7. A única frase que NÃO admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) Podemos repetir uma experiência científica inúmeras vezes.</p> <p>(B) Os bons cientistas consideram o caminho traçado por seus antecessores.</p> <p>(C) Os melhores charlatões não resistem a um inquérito verdadeiramente científico.</p> <p>(D) Qualquer um de nós deseja compreender nosso vasto e misterioso Universo.</p> <p>(E) Que bom se conhecêssemos todas as forças responsáveis pela nossa existência...</p>	<p>10. A pontuação está inteiramente adequada na seguinte frase:</p> <p>(A) Essa possibilidade – a de repetirmos certos experimentos tantas vezes quantas desejarmos – é uma das grandes armas da ciência contra o charlatanismo.</p> <p>(B) Não cabe a mim, como físico explicar tamanha atração: por explicações de tudo o que está além do que chamamos fenômenos naturais.</p> <p>(C) Para mim, mais fascinante que as suposições astrológicas, é conduzir-me, do mesmo modo com que se conduziram, os cientistas que me precederam.</p> <p>(D) "Acreditar" nos resultados; eis uma coisa que não passa pela cabeça dos cientistas, cuja obstinação, está na comprovação dos fatos.</p> <p>(E) Pergunte-se a cada um, dos que crêem na astrologia, se não o seduz a idéia que sua personalidade deriva, efetivamente, de um certo arranjo cósmico?</p>

<p>11. Os monitores de computador <i>touch screen</i>, sensíveis ao toque, normalmente são compostos de um monitor</p> <p>(A) especialmente construído para esta finalidade.</p> <p>(B) CRT ou LCD e de uma película sensível ao toque.</p> <p>(C) CRT, somente, e de uma película sensível ao toque.</p> <p>(D) LCD, somente, e de uma película sensível ao toque.</p> <p>(E) de matriz ativa, somente.</p>	<p>16. Após selecionar as células desejadas, pode-se defini-las como área de impressão da planilha na opção</p> <p>(A) Configurar página, do menu Arquivo.</p> <p>(B) Quebra de página, do menu Inserir.</p> <p>(C) Visualizar a impressão, do menu Formatar.</p> <p>(D) Área de impressão, do menu Inserir.</p> <p>(E) Área de impressão, do menu Arquivo.</p>
<p>12. Para alternar de um programa em execução para outro, no Windows 98, pode-se selecionar o programa desejado clicando-se</p> <p>(A) as teclas Alt + Tab ou o botão na barra de tarefas.</p> <p>(B) as teclas Ctrl + Tab ou o botão na barra de tarefas.</p> <p>(C) as teclas Alt + Tab, somente.</p> <p>(D) as teclas Ctrl + Tab, somente.</p> <p>(E) o botão na barra de tarefas, somente.</p>	<p>17. Numa aplicação básica de comunicações e colaboração da Intranet, utiliza-se para conferência eletrônica, entre outras, uma ferramenta de</p> <p>(A) correio de voz.</p> <p>(B) fórum de discussão.</p> <p>(C) correio eletrônico.</p> <p>(D) editoração de páginas.</p> <p>(E) fluxo de trabalho.</p>
<p><u>Instruções:</u> As questões de números 13 e 14 referem-se ao MS Word 2000.</p> <p>13. A opção de alinhamento da marca de tabulação, que estende o texto à esquerda da marca até preencher o espaço da tabulação e, na seqüência, continua a estendê-lo à direita, denomina-se</p> <p>(A) Barra.</p> <p>(B) Decimal.</p> <p>(C) Esquerdo.</p> <p>(D) Centralizado.</p> <p>(E) Direito.</p>	<p>18. Para tornar disponível <i>off-line</i> uma página da Web atual, no MS Internet Explorer 6.0, deve-se marcar a correspondente caixa de seleção em</p> <p>(A) Adicionar a Favoritos, do menu Favoritos.</p> <p>(B) Organizar Favoritos, do menu Ferramentas.</p> <p>(C) Trabalhar <i>off-line</i>, do menu Favoritos.</p> <p>(D) Trabalhar <i>off-line</i>, do menu Arquivo.</p> <p>(E) Sincronizar <i>off-line</i>, do menu Ferramentas.</p>
<p>14. Na fonte minúscula em texto selecionado, que foi formatada em maiúscula e tamanho reduzido, aplicou-se o efeito</p> <p>(A) sobrescrito.</p> <p>(B) subscrito.</p> <p>(C) caixa alta.</p> <p>(D) relevo.</p> <p>(E) todas em maiúscula.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 19 e 20 referem-se ao MS Outlook Express 6.</p> <p>19. Mais de uma caixa separada de correio, uma para cada usuário que utiliza o mesmo computador para email, é possível por meio de</p> <p>(A) identificações no catálogo de endereços.</p> <p>(B) criação de contas individuais.</p> <p>(C) definição de regras para mensagens.</p> <p>(D) criação de várias identidades.</p> <p>(E) sincronismo entre pastas de usuários.</p>
<p><u>Instruções:</u> As questões de números 15 e 16 referem-se ao MS Excel 2000.</p> <p>15. A edição e a exibição de gráficos extensos ou complexos, preservando-se o espaço na tela à medida em que se trabalha na planilha correspondente, devem ser realizadas em</p> <p>(A) relatórios de gráfico dinâmico.</p> <p>(B) relatórios de tabela dinâmica.</p> <p>(C) assistente de gráficos.</p> <p>(D) folhas de gráfico.</p> <p>(E) gráficos incorporados.</p>	<p>20. O acesso às mensagens armazenadas em um servidor é possível</p> <p>(A) exclusivamente com o protocolo IMAP, cujas contas sempre mostram todas as pastas disponíveis.</p> <p>(B) exclusivamente com o protocolo HTTP, cujas contas podem mostrar ou ocultar as pastas que desejar.</p> <p>(C) com os protocolos IMAP ou HTTP.</p> <p>(D) com os protocolos POP3 ou SMTP.</p> <p>(E) com os protocolos IMAP, HTTP, POP3 ou SMTP.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que diz respeito à interpretação das normas constitucionais, encontra-se a denominada *interpretação conforme a constituição* que

- (A) também terá cabimento quando a norma infraconstitucional contrariar texto expresso da lei, que não permita qualquer interpretação em conformidade com a constituição, pois o Poder Judiciário pode concorrer com o Legislativo e o Executivo, atuando como legislador positivo.
- (B) somente será possível quando a norma infraconstitucional apresentar vários significados, compatíveis com as normas constitucionais e outra não, e, portanto, só é legítima quando existe um espaço de decisão, aberto a várias propostas interpretativas.
- (C) não pode ser utilizada quando a norma impugnada admite, dentre as várias interpretações possíveis, uma que a compatibilize com a Carta Magna, e ainda quando o sentido da norma é unívoco.
- (D) deve ser feita com redução do texto, sendo vedada aquela feita sem redução do texto, excluindo da norma impugnada uma interpretação que lhe acarretaria a inconstitucionalidade.
- (E) é utilizada apenas em matéria doutrinária, sendo certo que a referida interpretação não é acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de dar ao texto da norma impugnada compatibilidade com a Constituição Federal.

22. A casa é o asilo inviolável da pessoa, que não pode ser transformada em garantia de impunidade de crimes praticados em seu interior. Para tanto, existe a possibilidade de invasão domiciliar, durante o dia, que, entretanto,

- (A) sujeita-se à denominada cláusula de reserva jurisdicional, com total exclusão de qualquer outro órgão estatal.
- (B) depende de mandado judicial, e, nos casos de grande clamor público, da autorização do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) pode ser também determinada pelo Ministério Público, mediante ordem fundamentada do Chefe da Instituição, quando, nos termos da lei, se tratar de crime organizado.
- (D) também é cabível por parte da Administração Tributária, que é dotada do atributo da auto-executoriedade, a qual dispensa a ordem judicial.
- (E) é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário e do Ministério Público, em todos os casos que justifiquem a medida excepcional.

23. Alexandre, Prefeito Municipal da cidade de Rio Turvo, renuncia ao cargo até 6 meses antes do pleito eleitoral. Nesse caso,

- (A) está caracterizada a inelegibilidade indireta apenas para os cargos de Governador do Estado e de Deputado Estadual do Estado que o município integra, não tendo aplicação a outros mandatos eletivos.
- (B) está presente a inelegibilidade reflexa para o cargo de Presidente da República, de Governador do Estado e de Prefeito, assim como para os demais cargos eletivos do Poder Legislativo.
- (C) não está presente a inelegibilidade reflexa, permitindo-se a candidatura para quaisquer cargos dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (D) está caracterizada a inelegibilidade indireta, que se aplica à candidatura de mandatos eletivos no Poder Legislativo, mas não tem aplicação à candidatura no Poder Executivo.
- (E) está presente a inelegibilidade reflexa somente para o cargo de Prefeito, não tendo aplicação para a candidatura a outros mandatos eletivos.

24. O Presidente da República decretou intervenção federal em determinado Estado-Membro. Tendo atendido aos requisitos constitucionais nomeou um interventor. Nesse caso, esse interventor

- (A) adquire a qualidade de servidor público estadual, porque exercerá suas funções no Estado-Membro, devendo dar continuidade total e efetiva à administração do referido Estado.
- (B) tem a natureza de agente político, tendo autonomia completa para exercer suas funções, até que o Estado-Membro retorne à normalidade.
- (C) será considerado, para todos os efeitos, como servidor público federal e a amplitude de suas funções dependerá dos limites estabelecidos no decreto interventivo.
- (D) responde sempre civil e solidariamente com a União e com o Estado-Membro, pelos atos e decisões que prejudiquem terceiros.
- (E) será nomeado definitivamente para exercer suas funções até o final do mandato do Governador do Estado afastado, se obtiver aprovação pelo voto de dois terços da Assembléia Legislativa.

25. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se, dentre outras disposições, a de que,

- (A) se investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo político, acrescido da verba de representação.
- (B) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados pelo cargo administrativo somado ao do cargo político.
- (C) se investido no mandato de Vereador e houver compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (E) se afastado para o exercício de mandato eletivo federal ou estadual, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive a promoção por merecimento.

<p>26. Em matéria de processo legislativo:</p> <p>I. A aprovação da lei exige maioria absoluta.</p> <p>II. É espécie normativa destinada a veicular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional tendo, assim, efeitos externos.</p> <p>III. O <i>quorum</i> para a aprovação de lei é de maioria simples.</p> <p>IV. É ato do Congresso Nacional, de procedimento diferente do previsto para a elaboração das leis, destinado a regular matéria de sua competência, mas, em regra, com efeitos internos.</p> <p>As afirmações dizem respeito, respectivamente,</p> <p>(A) à lei delegada, à resolução, à medida provisória e ao decreto legislativo.</p> <p>(B) à lei complementar, ao decreto legislativo, à lei ordinária e à resolução.</p> <p>(C) à medida provisória, ao decreto legislativo, à lei complementar e à resolução.</p> <p>(D) à lei ordinária, à lei delegada, à lei complementar e à medida provisória.</p> <p>(E) ao decreto legislativo, à lei ordinária, à resolução e à lei delegada.</p>	<p>28. Tendo em vista os efeitos da ação declaratória de constitucionalidade, pode-se afirmar que,</p> <p>(A) se o Superior Tribunal de Justiça entender que a lei federal é constitucional, fará expressamente declaração julgando procedente a ação, que produzirá efeito vinculante restrito aos órgãos do Poder Executivo.</p> <p>(B) se o Supremo Tribunal Federal concluir que a lei federal é constitucional, então expressamente fará a declaração julgando procedente a ação, que produzirá efeitos <i>ex nunc e inter partes</i>.</p> <p>(C) declarada a constitucionalidade de uma lei federal, não há possibilidade de nova análise contestatória da matéria, sob alegação da existência de novos argumentos.</p> <p>(D) se os Tribunais Superiores competentes julgarem essa ação declaratória improcedente, não será possível julgar a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo, com os mesmos efeitos.</p> <p>(E) nas ações declaratórias de constitucionalidade da lei federal, as decisões definitivas de mérito proferidas pelos Tribunais Superiores se limitam ao efeito vinculante de órgãos inferiores do Poder Judiciário.</p>
<p>27. As afirmações:</p> <p>I. Um quinto dos lugares do Tribunal Superior Eleitoral será composto de membros do Ministério Público, com mais de 10 anos de carreira.</p> <p>II. O Presidente e o Corregedor Eleitoral serão eleitos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>III. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente, devendo a escolha recair dentre seus membros desembargadores.</p> <p>IV. Os membros do Tribunal Regional Eleitoral, de regra, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.</p> <p>V. São irrecorríveis às decisões do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, salvo, dentre outras, as denegatórias de <i>habeas corpus</i> ou de mandado de segurança.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e V.</p> <p>(C) I, IV e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>	<p>29. No que se refere ao mandado de segurança contra atos e omissões de Tribunais, é certo que o Supremo Tribunal Federal</p> <p>(A) carece de competência constitucional originária para processar e julgar mandado de segurança contra qualquer ato ou omissão de Tribunal Judiciário.</p> <p>(B) tem competência constitucional originária para processar e julgar mandado de segurança em face das decisões emanadas do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais de Justiça, entre outros.</p> <p>(C) tem competência originária para processar e julgar apenas os mandados de segurança contra atos dos Tribunais Superiores, mas não dos Tribunais de Justiça e de Alçada, cuja competência é do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) é competente para o julgamento de mandados de segurança ajuizados contra decisão de suas Turmas, visto que estas, quando julgarem feitos de sua competência, não representam o Pretório Excelso.</p> <p>(E) é também competente para processar e julgar os mandados de segurança em face de atos com conteúdo jurisdicional emanados de seu Plenário, porque essa revisão é de natureza constitucional.</p> <p>30. A competência para a revogação do ato administrativo é</p> <p>(A) de seu autor e do Poder Judiciário, ante a inafastabilidade da jurisdição.</p> <p>(B) do superior hierárquico e do Poder Judiciário, ante a inafastabilidade da jurisdição.</p> <p>(C) do superior hierárquico, somente mediante recurso, pois lhe é vedado agir de ofício.</p> <p>(D) de seu autor ou de quem tenha poderes para conhecer de ofício ou por recurso.</p> <p>(E) de seu autor, apenas na hipótese de ato vinculado, desde que agindo de ofício.</p>

<p>31. As afirmações abaixo estão relacionadas à obrigatoriedade de obediência dos princípios constitucionais pela administração pública.</p> <p>I. Os princípios devem ser obedecidos pela administração de quaisquer Poderes.</p> <p>II. A obrigatoriedade de obediência destina-se à administração direta, não alcançando as empresas públicas.</p> <p>III. Todas as entidades estatais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) devem obediência àqueles princípios.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) I e II. (D) II. (E) I.</p>	<p>35. A revisão dos atos subordinados configura uma das faculdades do poder</p> <p>(A) discricionário. (B) de polícia. (C) disciplinar. (D) hierárquico. (E) regulamentar.</p>
<p>32. O poder hierárquico</p> <p>(A) permite a avaliação subjetiva da legalidade de ordens emanadas do superior.</p> <p>(B) determina o cumprimento de todas as ordens expressas emanadas do superior.</p> <p>(C) impõe o cumprimento de ordem superior, salvo se manifestamente ilegal.</p> <p>(D) confunde-se com o poder disciplinar, do qual é decorrência.</p> <p>(E) aplica-se também às funções próprias do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.</p>	<p>36. O jornal X, alegando ter recebido informações que comprometem a lisura de uma licitação, cuja fase de habilitação dos licitantes está em curso, e invocando o princípio da publicidade, postula do Presidente da Comissão o imediato conhecimento do teor das propostas. O Presidente deve</p> <p>(A) rejeitar o pedido, visto que foi formulado por quem não é parte no certame e não tem legítimo interesse jurídico.</p> <p>(B) negar a divulgação, preservando o sigilo do conteúdo das propostas que é igualmente assegurado.</p> <p>(C) autorizar a divulgação, desde que de todas as propostas, ante o princípio cogente da publicidade.</p> <p>(D) submeter a questão à autoridade responsável pela homologação, única com atribuição para quebrar o sigilo das propostas.</p> <p>(E) autorizar a divulgação apenas da proposta ofertada pelo licitante envolvido na denúncia, preservando a imagem dos demais.</p>
<p>33. Na classificação dos órgãos públicos adotada pela doutrina, os Ministérios são considerados</p> <p>(A) colegiados. (B) superiores. (C) independentes. (D) subalternos. (E) autônomos.</p>	<p>37. Da apreciação da conveniência e oportunidade do ato administrativo pode resultar a</p> <p>(A) revogação. (B) nulidade. (C) anulação. (D) invalidação. (E) repristinação.</p>
<p>34. Considere as afirmações relativas ao regime jurídico.</p> <p>I. A administração pública pode submeter-se a regime jurídico de direito público ou a regime jurídico de direito privado.</p> <p>II. A administração pública submete-se ao regime jurídico de direito privado nas suas relações com os particulares.</p> <p>III. Cabe à administração a prerrogativa de escolha entre o regime de direito público ou o de direito privado, valendo-se da discricionariedade.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) I e III.</p>	<p>38. O servidor público praticou, no exercício de função, fato do qual pode ocorrer sua responsabilização civil, penal e administrativa. O processo criminal encerrou-se com sentença de absolvição que negou a autoria. Nesse caso,</p> <p>(A) a autoria pode vir a ser provada no processo administrativo e no processo civil.</p> <p>(B) a responsabilidade administrativa do servidor fica afastada.</p> <p>(C) a responsabilização administrativa é independente da penal e, portanto, a sentença não tem nenhum reflexo na esfera administrativa.</p> <p>(D) o processo administrativo prossegue normalmente porque só a negativa de existência do fato em sentença penal impede o prosseguimento.</p> <p>(E) o processo administrativo prossegue normalmente porque só a negativa de autoria do fato em sentença civil impede o prosseguimento.</p>

<p>39. João era filiado ao Partido Alfa. Posteriormente, filiou-se ao Partido Beta, deixando de comunicar a nova filiação ao Juiz da respectiva Zona Eleitoral e ao Partido ao qual era anteriormente filiado. Seis meses depois foi descoberta a ocorrência. Nesse caso,</p> <p>(A) apenas a filiação ao Partido Alfa é nula.</p> <p>(B) apenas a filiação ao Partido Beta é nula.</p> <p>(C) ambas as filiações são nulas.</p> <p>(D) o interessado deverá optar por uma das duas filiações.</p> <p>(E) a segunda filiação só será válida se tiver havido concordância do Partido Alfa.</p>	<p>43. É facultada a transmissão, por emissora de rádio ou televisão, de debates sobre as eleições majoritárias ou proporcionais, observando regras, dentre as quais se inclui,</p> <p>(A) a presença de um mesmo candidato à eleição proporcional, a mais de um debate da mesma emissora, será vedada.</p> <p>(B) os debates deverão fazer parte de programação previamente estabelecida pela emissora, a quem caberá a escolha do dia, fazendo-se obrigatoriamente mediante sorteio a escolha da ordem da fala de cada candidato.</p> <p>(C) a realização de debate sem a presença de algum Partido, será admitida, desde que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com antecedência mínima de 15 dias da realização do debate.</p> <p>(D) a apresentação dos debates, nas eleições majoritárias, poderá ser feita em grupos, estando presentes, no mínimo, 5 candidatos.</p> <p>(E) a participação, nos debates, de candidatos dos Partidos com representação no Senado Federal, será assegurada.</p>
<p>40. A propaganda eleitoral somente é permitida</p> <p>(A) a partir do pedido de registro do candidato.</p> <p>(B) a partir da homologação do pedido de registro da candidatura.</p> <p>(C) a partir da convenção partidária.</p> <p>(D) após o dia 5 de julho do ano da eleição.</p> <p>(E) 48 horas após a convenção partidária.</p>	
<p>41. Na propaganda por meio de <i>outdoors</i>, permitida após a realização de sorteio pela Justiça Eleitoral, havendo Coligação, os espaços serão</p> <p>(A) divididos entre os Partidos que compõem a Coligação na proporção de seus candidatos.</p> <p>(B) distribuídos pelas Coligações entre os seus candidatos, sem necessária observância de proporcionalidade entre os Partidos que a compõem.</p> <p>(C) distribuídos de acordo com a possibilidade de pagamento dos respectivos custos pelos candidatos dos Partidos que a compõem.</p> <p>(D) distribuídos pelo Juiz Eleitoral mediante novo sorteio entre os candidatos dos Partidos que a compõem.</p> <p>(E) distribuídos pelo Juiz Eleitoral mediante novo sorteio entre os candidatos dos Partidos que a compõem, que por eles manifestarem interesse no prazo de 48 horas.</p>	<p>44. Deferido o pedido pela Justiça Eleitoral, a resposta à ofensa veiculada em programação normal das emissoras de rádio e de televisão será dada em até</p> <p>(A) 24 horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a dois minutos.</p> <p>(B) 24 horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a três minutos.</p> <p>(C) 48 horas após a decisão, em tempo igual à ofensa, porém nunca inferior a um minuto.</p> <p>(D) 48 horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a três minutos.</p> <p>(E) 72 horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a dois minutos.</p>
<p>42. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até 5 dias antes da divulgação, certas informações, sem obrigação de mencionar</p> <p>(A) o questionário completo aplicado ou a ser aplicado.</p> <p>(B) quem contratou a pesquisa.</p> <p>(C) o valor e a origem dos recursos despendidos no trabalho.</p> <p>(D) o nome de quem pagou pela realização do trabalho.</p> <p>(E) a identificação dos entrevistadores.</p>	<p>45. O processo penal eleitoral tem início</p> <p>(A) apenas por queixa-crime oferecida por qualquer eleitor regularmente alistado na circunscrição em que tiver ocorrido a infração penal.</p> <p>(B) apenas por queixa-crime oferecida por Partido Político ou Coligação.</p> <p>(C) apenas por denúncia do Ministério Público.</p> <p>(D) apenas por queixa-crime oferecida pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.</p> <p>(E) por denúncia do Ministério Público ou por queixa-crime oferecida pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo, se a denúncia não for apresentada no prazo legal.</p>

<p>46. A prestação de contas dos candidatos às eleições proporcionais será feita</p> <p>(A) pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato. (B) apenas pelo comitê financeiro. (C) apenas pelo próprio candidato. (D) apenas pela Coligação. (E) apenas pelo Partido Político.</p>	<p>51. Considere as afirmações relativas aos atos ilícitos.</p> <p>I. O ato ilícito pode decorrer também de omissão. II. É necessário dano material para caracterizar o ato ilícito. III. A destruição de coisa alheia, quando absolutamente necessária para remover perigo iminente e nos limites indispensáveis, não constitui ato ilícito.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e III. (E) II e III.</p>
<p>47. Na propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio ou televisão, é permitida a</p> <p>(A) participação de pessoa filiada ao Partido que não seja o responsável pelo programa. (B) divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos. (C) defesa de interesses de outros Partidos aliados. (D) divulgação da posição do Partido em relação a temas político-comunitários. (E) utilização de imagens ou cenas incompletas.</p>	<p>52. O vício redibitório, previsto nas disposições gerais sobre os contratos, diz respeito</p> <p>(A) à manifestação de vontade. (B) ao dolo do vendedor. (C) à coisa. (D) à capacidade das partes. (E) ao preço contratado.</p>
<p>48. Em investigação judicial eleitoral ficou apurada a utilização indevida de veículos de comunicação social em benefício de determinado candidato. Julgada procedente a representação, o Tribunal declarará, além de outras providências, a inelegibilidade do representado e de todos que tenham contribuído para a prática do ato. Essa inelegibilidade vigorará para as eleições subseqüentes àquela em que se verificou o ato e que se realizarem no prazo de</p> <p>(A) 2 anos. (B) 3 anos. (C) 4 anos. (D) 5 anos. (E) 10 anos.</p>	<p>53. NÃO é bem imóvel:</p> <p>(A) bem fungível. (B) direito à sucessão aberta. (C) aquele que for incorporado naturalmente ao solo. (D) direito real sobre imóvel. (E) aquele que for incorporado artificialmente ao solo.</p>
<p>49. Antonio, 17 anos de idade, recusa-se a entregar bem que vendeu a Carlos, sendo certo que no momento da venda afirmou ter 19 anos e recebeu o preço. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o negócio é sempre anulável ante a incapacidade relativa de Antonio. (B) o negócio é nulo ante a incapacidade absoluta de Antonio. (C) o representante legal de Antonio deve postular em juízo a nulidade da venda. (D) Antonio não pode invocar a idade para se eximir da obrigação de entregar o bem. (E) Antonio pode invocar sua incapacidade para se eximir da obrigação de entregar o bem.</p>	<p>54. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. As causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição aplicam-se à decadência, ante a similitude dos institutos. II. O prazo prescricional é fruto de previsão legal, enquanto o decadencial tanto pode ser legal como resultar de acordo entre as partes. III. À decadência, de regra, não se aplicam as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, por expressa disposição legal. IV. O Juiz não pode conhecer a decadência de ofício, quando ela for convencional.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e IV. (B) I e II. (C) III e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>50. O Código Civil estabelece que o domicílio do incapaz é o de seu representante. Essa hipótese é a do domicílio denominado</p> <p>(A) presumido. (B) convencional. (C) necessário (D) voluntário. (E) legal.</p>	

<p>55. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.</p> <p>(B) se considera prevento um Juiz apenas quando, correndo em separado ações conexas perante Juizes que têm a mesma competência territorial, profere sentença de mérito em primeiro lugar.</p> <p>(C) se prorroga a competência relativa, se o réu não opuser exceção declinatória do foro e de juízo, no caso e prazo legais.</p> <p>(D) há conflito de competência quando entre dois ou mais Juizes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.</p> <p>(E) se reputam conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou causa de pedir.</p>	<p>58. Considere as afirmações:</p> <p>I. A existência de Justiça Especial Militar contraria o princípio constitucional que proíbe a criação de tribunais de exceção.</p> <p>II. A técnica processual e procedimental que impõe a bilateralidade do processo decorre do princípio do contraditório.</p> <p>III. No processo civil, o princípio da publicidade dos atos processuais assegura aos advogados o exame em cartório de qualquer processo, mesmo sem procuração nos autos.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) II.</p>
<p>56. O interesse de agir como condição da ação consiste na</p> <p>(A) formulação de pretensão que, em tese, seja possível de acordo com a ordem jurídica brasileira.</p> <p>(B) legitimação para agir daqueles que forem sujeitos da relação jurídica de direito material trazida a juízo.</p> <p>(C) necessidade de se recorrer ao Judiciário para a obtenção do resultado pretendido.</p> <p>(D) faculdade de acompanhar a prova produzida pela parte contrária e fazer contraprova.</p> <p>(E) faculdade de contratar advogado para formular pretensão em juízo.</p>	<p>59. O julgamento conforme o estado do processo terá lugar quando a questão de mérito for unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato,</p> <p>(A) não for requerido o depoimento pessoal de qualquer das partes.</p> <p>(B) as testemunhas arroladas pelas partes não comparecerem à audiência.</p> <p>(C) uma das partes pleitear o julgamento antecipado da lide.</p> <p>(D) não houver necessidade de produzir prova em audiência.</p> <p>(E) o perito judicial se recusar a prestar esclarecimentos em audiência.</p>
<p>57. O prazo para contestação começa a correr quando</p> <p>(A) houver vários réus, da data da juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.</p> <p>(B) a citação for pelo correio, da data em que o citando assinar o aviso de recebimento.</p> <p>(C) a citação for por oficial de justiça, da data em que este certificar ter cumprido o mandado.</p> <p>(D) a citação for por edital, do dia em que for este publicado na imprensa oficial.</p> <p>(E) a citação for por carta precatória, da data em que for devolvida ao juízo deprecante.</p>	<p>60. Na audiência de instrução e julgamento, em um procedimento ordinário, serão produzidas as provas requeridas pelas partes:</p> <p>I. Testemunhas arroladas pelo autor.</p> <p>II. Depoimento pessoal do autor.</p> <p>III. Testemunhas arroladas pelo réu.</p> <p>IV. Esclarecimentos do perito.</p> <p>Tais provas serão produzidas na seguinte ordem:</p> <p>(A) I, III, II e IV.</p> <p>(B) II, I, III e IV.</p> <p>(C) II, IV, I e III.</p> <p>(D) III, IV, II e I.</p> <p>(E) IV, II, I e III.</p>